

18-08-2023

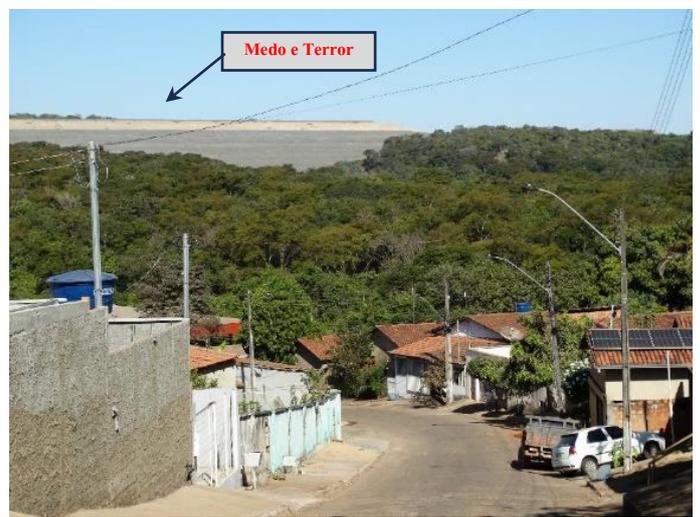
BARRAGENS DE MEDO

Ricardo Fernandes Gonçalves

[Doutor em Geografia. Prof. Univ. Est. Goiás. Pesquisador do Grupo PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade]

O modelo brasileiro de mineração se transformou em um problema ambiental, político, econômico e social (veja). Essa constatação foi elaborada a partir da resistência construída por movimentos populares e a formulação crítica de pesquisadores engajados, que tornaram possível argumentar que o modelo mineral é predatório. Ele arruína ecossistemas, adoce e mata trabalhadores, contamina solos e águas, esgota jazidas em ritmo intenso, é servil às economias ricas do norte desenvolvido enquanto promove dependências locais nas periferias extrativas. De toda forma, defende-se que o modelo de mineração brasileiro é mais que isso, é uma economia de terror. Tal constatação não exclui as demais características. Mas, além de elementos técnicos, tecnológicos e operacionais, o modelo mineral promove medo, pânico e sofrimento humano e de vidas nos territórios minerados ou impactados pelas redes extrativas. Essa economia de terror ganhou proporções dramáticas nos últimos anos diante dos desastres ocasionados pelos rompimentos das barragens de rejeitos de minério de ferro em Mariana (MG, 2015) e Brumadinho (MG, 2019). A morte e o adoecimento de trabalhadores e da população implicada nesses desastres escancararam a face do terror do modelo de mineração. Percebeu-se que as barragens de rejeitos são estruturas de contenção que interferem nas paisagens, no lençol freático e na sociobiodiversidade; e, por mais que haja aplicação de tecnologias e sistemas de engenharia que medem e monitoram, representam ameaças constantes. Os conhecimentos em termos de tecnologia e engenharia da mineração reproduzem uma *tecnoutopia* velada nos discursos de “segurança de barragens”; de monitoramento e confiança nos saberes e práticas técnico-industriais como salvaguardas das estruturas construídas por esse setor econômico. Os engenheiros, técnicos, geólogos e gestores de mineradoras afirmam que as barragens são seguras. Seus argumentos demonstram que confiam nos modelos matemáticos da ciência mecanicista. Todavia, após os casos de Mariana e Brumadinho, o medo, o sofrimento e o terror foram semeados em contraponto ao discurso técnico-científico, visto que não há equação capaz de medir esses dramas humanos. A tragédia emergiu como realidade cotidiana em comunidades, bairros e territórios ameaçados pelas barragens de rejeitos. Surgiu, então, um trágico quadro de “terrorismo de barragens” (Manuelzão, 2019), que espalha o medo e faz uso dele para estimular o avanço de estratégias de despossessão e pilhagem. O terror se tornou um dispositivo que expulsa populações de seus lugares de existência e trabalho. Essa situação não ocorre apenas em Minas Gerais. Em Goiás há um exemplo emblemático de “terrorismo de barragens” na cidade de Crixás, localizada na Região Norte Goiano. A megamineração subterrânea de ouro nesse município é controlada pela empresa sul-africana AngloGold Ashanti, sediada em Joanesburgo e com operações em oito países. É responsável pela Barragem Mina Serra Grande (BMSG), construída a partir do método de alteamento a montante e com início das operações em 1989 (ANM, 2023). Em um reservatório com altura de 92 metros e volume de 17 milhões de m³ de rejeitos, além de produtos químicos como cianeto de sódio, ácido clorídrico e soda cáustica, existem substâncias como arsênio, chumbo e ferro (ANM, 2023). Conforme informações da ANM (2023) “existem pessoas ocupando permanentemente a área afetada a jusante da barragem”; e, em caso de rompimento, o número de seres humanos que podem ser afetados chega a cinco mil. São crianças, velhos, jovens e trabalhadores que vivem expostos ao medo e incerteza.

Isso levou o Ministério Público de Goiás (MP-GO) a considerar o território a jusante da barragem de rejeitos em Crixás como “zona de morte”. Um trocadilho emblemático com o termo técnico “Zona de Autossalvamento (ZAS)”. Destacam-se ameaças de implicações ambientais e socioeconômicas devido ao valor econômico, simbólico e identitário, reveladores da relação dos sujeitos com os espaços da casa e do quintal, do trabalho, das festas, dos encontros comunitários e do pertencimento territorial. Por consequência, observa-se que viver a jusante da BMSG em Crixás é existir em situação de temor permanente. A população urbana de bairros situados na “zona de morte” lida com os dias e as noites como fossem repetidos tempos de pesadelos. Dormem inseguros, numa espera incerta de que em algum momento os alarmes da empresa poderão apitar para que abandonem tudo e corram apavorados para as “rotas de fuga” sinalizadas em placas. E isso realmente ocorreu no dia 11 de julho de 2023. O estardalhaço provocado pelo “alarme falso” da mineradora AngloGold Ashanti demonstrou o desespero da população local exposta à economia de terror territorializada em Crixás. Moradores relataram que “*não sabiam para onde ir*”; “*abandonaram casas, animais domésticos, afazeres e bens para se salvarem da morte*”; “*pessoas passaram mal e ficaram traumatizadas*”; “*houve acidentes na rua em meio ao alarde e correria de pessoas, carros e motos*”. O alarme da empresa trovejou nas ruas da cidade como as trombetas do apocalipse e disseminou o medo em um território fraturado pela megamineração. Em Crixás, a população vive à espreita desse apito que não se sabe de onde vem e a que horas chega: no momento em que está dormindo; no caminho da escola ou da creche das crianças; no leito do hospital ou na mesa do bar. A sonoridade desse apito pode restrugir dentro de uma expectativa de ameaça. As pessoas moram toldadas por um iminente perigo.



Barragem de rejeitos da mineração de ouro expõe população ao “terrorismo de barragens”. Crixás/GO, 2022. Foto: Ricardo Gonçalves

Tal fato transforma a vida em Crixás em uma prisão, pois, para Rubem Alves, uma das grandes características do medo é aprisionar o pensamento, a criatividade e a vida. A realidade cotidiana de morar a jusante de uma barragem de rejeitos agrava a vulnerabilidade de uma população empobrecida, pois sabe que não tem alternativa de mudar para locais onde seria possível viver segura, distante da “zona de morte”. Esse quadro ainda expõe a injustiça ambiental nos territórios minerados. Os homens e mulheres que residem em bairros localizados em áreas de riscos fazem parte da classe trabalhadora historicamente espoliada. O sofrimento ambiental físico e psíquico provocado pela economia de terror que caracteriza o modelo de mineração em grande escala adoce trabalhadores e



populações já fragilidades pela pobreza. Por isso, barragens de rejeitos são barragens de medo. Há barragens de medo onde o desastre está à espreita; onde as trombetas do inferno podem badalar a qualquer momento; onde os acidentes e a morte de trabalhadores ocorrem a céu aberto ou nos túneis sombrios das minas subterrâneas; onde as pessoas sentem no corpo o avanço das atividades extrativas que removem o minério na mesma medida em que fere a saúde da população local.

Contudo, contra as barragens de medo, a luta dos trabalhadores deve ser organizada para enfrentar a economia de terror do modelo de mineração. Isso, para que o medo seja banido e no seu lugar nasça a coragem, a imaginação e a resistência de homens e mulheres combatentes; para que o trabalho se torne o espaço da boa vida plena de dignidade.

Finalmente, as lutas são necessárias para que as barragens de medo deem lugar aos rios de alegria que inundarão ruas, bares, praças, casas, escolas e sindicatos. Onde existiam barragens de medo fluirão correntezas regozijadas pela valentia dos trabalhadores.

■ ■ ■

Referências:

- Alves, Rubem. *O medo da sementinha*. São Paulo: Paulus, 1999.
- ANM – Agência Nacional de Mineração. Acesso 13 ago. 2023. - Manuelzão. O terrorismo das barragens. *Revista Manuelzão*, nº 84. 03/2019, p.22.1.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.